

BELIZE CÂMARA CORREIA

Mestre em Direito Público (UFPE)
Promotora de Justiça do Estado de Pernambuco
Professora da Faculdade Damas

**O CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE DOS TIPOS
PENAIIS INCRIMINADORES À LUZ DA
PROPORCIONALIDADE**

Sergio Antonio Fabris Editor
Porto Alegre/2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C824c Correia, Belize Câmara

O controle de constitucionalidade dos tipos penais
incriminadores à luz da proporcionalidade / Belize
Câmara Correia. – Porto Alegre : Sergio Antonio
Fabris Ed., 2009.

183 p. ; 15,5 x 22 cm.

ISBN 978-857525-496-7

1. Princípio da Proporcionalidade : Direito Penal:
Brasil. 2. Controle da Constitucionalidade :
Legislação Penal. 3. Pena : Aspectos Constitucionais
: Brasil. I. Título.

CDU – 343(81)

Bibliotecária Responsável : Inês Peterle, CRB-10/631.

Diagramação e Arte

PENA – Composição e Arte

CNPJ 94618667/0001-04

Fone: (51) 3434-2641

Porto Alegre - RS

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, à
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Riachuelo, 1238

CEP 90010-273

Fone: (51) 3227-5435 (Geral)

email: Fabriseditor@terra.com.br

www.fabriseditor.com.br

Porto Alegre - RS



Rua Santo Amaro, 345

CEP 01315-001

Fone: (11) 3101-5383

São Paulo - SP

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	15
1 - Direito Penal e Constituição	19
1.1 - A Constituição como fonte suprema do direito penal.....	19
1.2 - Direito penal e Estado Social Democrático de Direito.....	26
1.3 - Os princípios constitucionais de direito penal como limites impostos ao <i>jus puniendi</i>	33
1.4 - A globalização e os novos rumos do direito penal: a hipertrofia do seu âmbito de tutela e a intensificação das sanções criminais.	38
2 - O Princípio da Proporcionalidade: Lineamentos gerais	45
2.1 - A proporcionalidade como um princípio jurídico	45
2.2 - Questões terminológicas preliminares: proporcionalidade <i>versus</i> razoabilidade.....	53
2.3 - Âmbitos de aplicação da proporcionalidade: o fenômeno da multidisciplinariedade.....	63
2.4 - A proporcionalidade como fator de concretização do devido processo legal substantivo.....	66
3 - O Princípio da Proporcionalidade e sua Incidência no Direito Penal	71
3.1 - Princípio da proporcionalidade e direito fundamental à liberdade	71

3.2 - Os múltiplos significados da proporcionalidade no direito penal e a sua função de controle na previsão abstrata das normas incriminadoras.....	74
3.3 - Origens históricas e síntese evolutiva do princípio da proporcionalidade no direito penal	77
3.4 - Os fundamentos do princípio da proporcionalidade e a sua consagração constitucional no direito penal brasileiro.....	82
3.5 - O conteúdo do princípio da proporcionalidade penal.....	89
4 - Os Subprincípios Integrantes da Proporcionalidade Penal.....	93
4.1 - O subprincípio da adequação ou idoneidade	93
4.2 - O subprincípio da necessidade	104
4.3 - O subprincípio da proporcionalidade <i>stricto sensu</i>	110
5 - O Princípio da Proporcionalidade e o Controle de Constitucionalidade das Normas Penais Incriminadoras	125
5.1 - A possibilidade do controle de constitucionalidade das normas penais incriminadoras sob o prisma da proporcionalidade	125
5.2 - A (in)existência do princípio da proporcionalidade penal como parâmetro de controle de constitucionalidade das normas penais incriminadoras na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	137
5.3 - Alguns casos pontuais: ADI nº. 3.112-1, HC nº. 82.959 e ADPF nº. 130.	147
5.4. - Óbices a uma utilização efetiva da proporcionalidade no controle de constitucionalidade das leis penais incriminadoras	153
5.5 - Em busca de um juízo de proporcionalidade possível na órbita do direito penal incriminador	158
Conclusão.....	165
Referências.....	169
Jurisprudência	181